

**AUTORIZAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**

**Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0033390/2024-88**

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Alto Paranaíba**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

| TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL   | NÚMERO DO DOCUMENTO     | UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO |
|---|-------------------------|---|
| Não Passível de Licenciamento   | 2100.01.0033390/2024-88 | NAR Patrocínio                              |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL  |                         |   |
| Nome: Jackson Ferreira Novais   |                         | CPF/CNPJ: 375.748.678-10                    |
| Endereço: Avenida José Marcelino, nº 2.428  |                         | Bairro: Castelo Branco                      |
| Município: Catalão  | UF: GO                  | CEP: 75710-010                              |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL  |                         |   |
| Nome: Jackson Ferreira Novais   |                         | CPF/CNPJ: 375.748.678-10                    |
| Endereço: Avenida José Marcelino, nº 2.428  |                         | Bairro: Castelo Branco                      |
| Município: Catalão  | UF: GO                  | CEP: 75710-010                              |
| 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL  |                         |   |
| Denominação: Fazenda Santa Rita   |                         | Área Total (ha): 40,2917                    |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 36.211   |                         | Município/UF: Abadia dos Dourados/MG        |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3100104-17C4.0B3E.1792.4B19.A203.EE94.D3D9.6BB3 |                         |   |
| 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA   |                         |   |
| Tipo de Intervenção   | Quantidade              | Un  |

|   |               |   |                                    |           |
|---|---------------|---|------------------------------------|-----------|
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo                 |               |   | 9,9000                             | ha        |
| 5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA   |               |   |                                    |           |
| Uso a ser dado à área   |               | Especificação   |                                    | Área (ha) |
| Pecuária  |               |   |                                    | 9,9000    |
| 6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL |               |   |                                    |           |
| Bioma/Transição entre Biomas  | Área (ha)     | Fisionomia/Transição  | Estágio Sucessional, quando couber | Área (ha) |
| Cerrado   | 9,9000        | Cerrado e campo cerrado   |                                    | 9,9000    |
| Total:  | 9,9000        |   | Total:                             | 9,9000    |
| 7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO                                  |               |   |                                    |           |
| Produto/Subproduto  | Especificação | Quantidade  | Unidade                            |           |
| Lenha de floresta nativa  |               | 242,9064  | m³                                 |           |
| Madeira de floresta nativa  |               | 60,7266   | m³                                 |           |
| 8. RESGATE E DESTINAÇÃO DE FAUNA SILVESTRE TERRESTRE                                |               |   |                                    |           |
| Grupos autorizados: Não se aplica   |               |   |                                    |           |
| Responsável técnico pela coordenação geral: Não se aplica                           |               |   |                                    |           |
| Equipe técnica: Não se aplica   |               |   |                                    |           |
| Local de tratamento de animais feridos: Não se aplica                               |               |   |                                    |           |
| Destinação dos espécimes coletados: Não se aplica                                   |               |   |                                    |           |
| 9. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA           |               |   |                                    |           |
| Edimar Antônio da Silva – MASP 1149443-2  |               |   |                                    |           |
| Data da Vistoria: 19/02/2025  |               |   |                                    |           |
| 10. VALIDADE  |               |   |                                    |           |
| Data de Emissão: 06/08/2025   |               | Observações:  |                                    |           |
| Validade: 3 (três) anos   |               | ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP. |                                    |           |
| 11. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA   |               |   |                                    |           |
| Tipo de intervenção   | Datum         | Fuso  | Coordenada Planta (UTM)            |           |
|   |               |   | X                                  | Y         |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo                 | Sirgas 2000   | 23k   | 238.855                            | 7.988.001 |

**12. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)**

| Item | Descrição da Condicionante  |
|------|---|
| 1    | Respeitar rigorosamente os limites da área de reserva legal.  |
| 2    | O trabalho de exploração florestal só poderá iniciar se os limites da área de reserva legal estiverem devidamente demarcados em campo, através de piquetes e por profissional habilitado.   |
| 3    | Fazer uso correto de fertilizantes e pesticidas, de acordo com receituário agrônomo.  |
| 4    | Não extrair madeiras de corte proibido por lei, pequi e ipê amarelo e tampouco fazer uso de fogo sem a autorização do órgão ambiental competente.   |
| 5    | Não permitir que o solo fique exposto por longos períodos.  |
| 6    | Realizar o desmate em faixas, visando propiciar tempo para a fuga de animais silvestres.  |
| 7    | Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afastamento da fauna silvestre realizadas durante as atividades de supressão, conforme termo de referência específico disponível no site do IEF. Prazo: 90 (noventa) dias, após o encerramento do prazo de validade da autorização, sob pena de aplicação de sanções administrativas cabíveis. |
| 8    | Apresentar o certificado de registro na categoria “Extrator ou fornecedor de produtos e subprodutos da flora”, conforme Portaria IEF nº 125/2020. Prazo: Antes do início da supressão.  |
| 9    | Apresentar o certificado de registro na categoria “Consumidor de produtos e subprodutos da flora”, conforme Portaria IEF nº 125/2020. Prazo: Antes do início da supressão.  |

**13. OBSERVAÇÃO**

A Autorização de Intervenção Ambiental - AIA deve estar acompanhada da Autorização de Exploração Florestal - AUTEX emitida no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLO, caso a intervenção ambiental gere produto e/ou subproduto florestal (lenha, madeira, etc.).

A reposição Florestal deve estar quitada antes do início da exploração florestal, e portanto a emissão da Autorização de Intervenção Ambiental só terá validade após a respectiva quitação bem como das taxas de expediente e florestal.

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao Instituto Estadual de Florestas - IEF.

O transporte do produto/subproduto florestal autorizado (lenha, madeira, etc.) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo Documento de Origem Florestal - DOF a ser emitido no Sistema DOF+ Rastreabilidade.

***Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.***

***Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.***

Frederico Fonseca Moreira

Supervisor Regional - MASP 1174359-8

Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Fonseca Moreira, Supervisor(a)**, em 06/08/2025, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **119811292** e o código CRC **6B38D548**.

---